



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 14/2022
Período: 30/04/2022 - 06/05/2022
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Periódicos e colonistas discutiram a relação entre Bolsonaro, eleições e Forças Armadas
- 2- Presidente do Supremo Tribunal Militar é alvo de ação de deputado federal
- 3- Menções ao Exército marcaram os atos de 1º de maio
- 4- Sociólogo classificou Exército como arma de Bolsonaro
- 5- Colunista alertou para disseminação de discurso antidemocrático entre militares
- 6- Encontro entre líderes do Supremo Tribunal Federal e do Ministério da Defesa sucedeu crise entre as instituições
- 7- Forças Armadas questionaram segurança das eleições em ofícios enviados ao Tribunal Superior Eleitoral
- 8- Participação das Forças Armadas no processo eleitoral repercutiu negativamente
- 9- Diretor de Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos teria discutido eleições brasileiras com generais
- 10- Novo livro explora participação das Forças Armadas brasileiras na Guerra das Malvinas

1- Periódicos e colonistas discutiram a relação entre Bolsonaro, eleições e Forças Armadas

O periódico *Correio Braziliense*, por meio de reportagem, repercutiu a convocação do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), para manifestações no dia 1º de maio. Em meio a tensões com o Supremo Tribunal Federal (STF). Auxiliares do presidente teriam solicitado que ele não participasse do evento, evitando um maior atrito com o judiciário e possíveis repercussões de discursos golpistas, como nas manifestações de 07/09/2021. Em Minas Gerais, Bolsonaro discursou para sua base com participação dos militares do Exército Tarcísio Freitas e Walter Braga Netto. Em coluna opinativa do *Correio*, o jornalista Antônio Machado apontou que Bolsonaro “é o que se vê: tosco e de baixo saber”, visto que atua como “um sindicalista dos militares de baixa patente”, várias vezes fazendo apologia ao Ato Institucional n.º 5 (AI-5), “que deu poderes ditatoriais para os militares fecharem o Congresso”. O autor lembrou que, durante os 28 anos em que foi deputado, Bolsonaro apenas ficou conhecido por elogiar o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, questionar a segurança das urnas eletrônicas e sugerir a suspensão das eleições e a contagem paralela dos

votos pelas Forças Armadas. Por outro lado, o jornal *Folha de S. Paulo* comentou a cobrança feita por Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que aceite as sugestões das Forças Armadas acerca do processo eleitoral. Segundo a reportagem, uma das sugestões seria que as Forças Armadas acompanhassem a apuração final dos votos no dia da eleição. Por fim, a reportagem ainda respondeu algumas dúvidas como a confiabilidade das urnas eletrônicas e se as Forças Armadas poderiam dar sugestões ao TSE, resumindo um pouco da atuação dos militares nesse comitê que, assim como os demais membros, podem sugerir melhorias ao plano de ação do Tribunal. Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o colunista Vinicius Sassine comentou sobre a politização das Forças Armadas, afirmando que existe um alinhamento político do Ministério da Defesa aos ideários golpistas do presidente, citando a nota do ministro e general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, na qual a segurança do processo eleitoral é questionada. Ademais, de acordo com o colunista, a nota coincide com comentários de Bolsonaro, que sugeriu a realização de uma contagem paralela dos votos pelas Forças Armadas. Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* classificou como uma “audácia” a atitude do presidente em “pugnar até por uma ‘apuração paralela’ do resultado das urnas pelas Forças Armadas”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 30/04/22; Correio Braziliense - Economia - 01/05/22; Correio Braziliense - Política - 01/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 01/05/22; Estado de S. Paulo - Opinião - 03/05/22)

2- Presidente do Supremo Tribunal Militar é alvo de ação de deputado federal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o deputado federal Rui Falcão (PT-SP) entrou com uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), general Luís Carlos Gomes Mattos, pedindo seu afastamento do cargo. A atitude foi motivada, segundo a reportagem, pela fala do general no dia 19/04/ 2022, na qual minimizou áudios divulgados recentemente em que ministros do STM na década de 1970 relatavam torturas contra opositores políticos durante a ditadura militar (1964-1985). O general declarou que “simplesmente ignoramos uma notícia tendenciosa, que nós sabemos o motivo. Aconteceu durante a Páscoa. Garanto que não estragou a Páscoa de ninguém. A minha não estragou”. Ainda de acordo com a matéria, Mattos se pronunciou afirmando que “vira e mexe decidem rebuscar o passado” e que “Nós já estamos acostumados com isso”. (Folha de S. Paulo - Política - 02/05/22)

3- Menções ao Exército marcaram os atos de 1º de maio

Segundo reportagens do periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), participou de atos com viés antidemocrático no feriado de 1º de maio. Pela manhã, em Brasília, o presidente cumprimentou apoiadores presentes na manifestação na Esplanada dos Ministérios. O general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), foi o único ministro a acompanhar Bolsonaro. De acordo com a matéria, havia cartazes com pedidos pela destituição de todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e discursos críticos ao Poder Judiciário. O presidente também participou de manifestação realizada em São Paulo, de maneira virtual. Conforme reportagem da *Folha*, Bolsonaro afirmou ser o chefe de um governo que “respeita os militares, defende a família e deve lealdade a seu povo”. O ato na Avenida

Paulista foi marcado ainda pela exaltação da Polícia Militar e do Exército. (Folha de S. Paulo - Política - 02/05/22)

4- Sociólogo classificou Exército como arma de Bolsonaro

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o doutor em sociologia Celso Rocha de Barros analisou a nomeação do deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) como o novo vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, após ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por estímulo a atos antidemocráticos e ataques às instituições. Segundo o sociólogo, o STF não reagiu ao indulto concedido a Silveira pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), por temer que as Forças Armadas deem um golpe de Estado em seu apoio: "Ninguém tem medo do Jair. O medo é do Exército. Como se viu no último 7 de setembro, quando o Exército não aparece para brigar por ele, Jair se senta no chuveiro e chora." De acordo com Barros, as Forças Armadas aceitaram ser a arma para Bolsonaro cometer seus crimes ao garantir que, daqui em diante, presidentes possam soltar condenados pela Justiça: "Imagino que os militares não sejam todos golpistas. Se fossem, o 7 de setembro de 2021 teria dado certo. Não deu. Nenhum militar apareceu. Isso é excelente. Mas também é óbvio que há uma facção de desertores nas Forças Armadas que apoia o golpe de Bolsonaro, ou, ao menos, tem interesse em se deixar usar como ameaça sempre que Bolsonaro comete um crime", . (Folha de S. Paulo - Política - 02/05/22)

5- Colunista alertou para disseminação do discurso antidemocrático entre militares

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista e comentarista Eliane Cantanhêde dissertou acerca da fragmentação de setores que apoiam o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), e da disseminação de seus discursos entre esses setores, especialmente as Forças Armadas. A jornalista recordou os efeitos do discurso bolsonarista, disseminado nas redes sociais, em grupos de militares de diversas patentes, da ativa e da reserva, que, outrora reativos aos atos golpistas, recentemente "vêm baixando a guarda e sendo capturados por teses delirantes". Cantanhêde afirmou ser esta uma questão-chave nas eleições, pois qualquer ameaça de golpe em caso de derrota eleitoral, "sem os militares e o Centrão não prospera." Por fim, Cantanhêde destacou que é preciso tomar cuidado com a massificação do discurso antidemocrático, que "nasce no gabinete presidencial e cresce como erva daninha nas redes sociais". (O Estado de S. Paulo - Política - 03/05/22)

6- Encontro entre líderes do Supremo Tribunal Federal e do Ministério da Defesa sucedeu crise entre as instituições

De acordo com reportagens dos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, se encontrou com o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. Segundo nota institucional publicada pelo STF, "o ministro da Defesa afirmou que as Forças Armadas estão comprometidas com a democracia brasileira e que os militares atuarão, no âmbito de suas competências, para que o processo eleitoral transcorra normalmente e sem incidentes". Nesse mesmo sentido, em nota publicada pelo Ministério da Defesa, afirmou-se que "durante o encontro, foram discutidos temas institucionais, tal como o respeito entre as instituições.

Também foi tratada a colaboração das Forças Armadas para o processo eleitoral. O ministro da Defesa reafirmou, ainda, o permanente estado de prontidão das Forças Armadas para o cumprimento de suas missões institucionais”. O encontro entre as lideranças ocorreu após a intensificação de atritos entre as Forças Armadas e o Judiciário, com fala do ministro do STF Luís Roberto Barroso sobre as Forças Armadas estarem sendo orientadas a desacreditar o processo eleitoral. Prontamente, Nogueira considerou a afirmação irresponsável e ofensiva às instituições militares. Anteriormente, Nogueira havia participado de encontro do Alto Comando das Forças Armadas, onde estavam presentes o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o general Walter Braga Netto, provável candidato a vice-presidente. (Correio Braziliense - Política - 04/05/22; Correio Braziliense - Política - 04/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 04/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 04/05/22)

7- Forças Armadas questionaram segurança das eleições em ofícios enviados ao Tribunal Superior Eleitoral

Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, nos últimos oito meses as Forças Armadas enviaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cinco ofícios sigilosos, contendo 88 questionamentos sobre supostos riscos e vulnerabilidades do processo eleitoral. Os ofícios são assinados pelo general Heber Garcia Portella, membro da Comissão de Transparência do TSE por indicação do então ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. De acordo com o jornal, as inquirições podem ser divididas em cinco grupos temáticos: questionamentos sobre o teste de integridade das urnas eletrônicas; perguntas sobre o nível de confiança nos sistemas de votação e apuração dos votos; solicitação de documentos, listagens, relatórios e outras informações sobre as políticas do tribunal; indagações gerais sobre o funcionamento das urnas; e propostas de aperfeiçoamento da transparência da Corte. Desses ofícios, quatro já receberam resposta do Tribunal. A falta de resposta para as outras inquirições se deram, segundo o TSE, por chegarem após a conclusão do “Plano de Ação Para Ampliação da Transparência Eleitoral”, que visa aprimorar os processos da instância superior da Justiça Eleitoral. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, o ministro Edson Fachin, presidente do TSE, afirmou que a corte eleitoral não se opõe à divulgação dos documentos enviados pelos militares à Comissão de Transparência das Eleições (CTE). No dia 05/05/2022, o general Paulo Sérgio Nogueira, atual ministro da Defesa, solicitou ao TSE a publicação dos documentos, alegando que a “ideia é dar maior transparência aos atos da gestão pública”. De acordo com a *Folha*, não seria a primeira vez que esses questionamentos seriam publicados: Em fevereiro de 2022, o TSE publicou em seu site um documento com as respostas a uma série de questionamentos das Forças Armadas, que tinham sido feitos em dezembro de 2021. Um novo documento, que está sob sigilo, foi enviado pelos militares, mas agora pode ser tornado público. Segundo o *Correio Braziliense*, o pedido de divulgação foi referendado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que afirmou que o Partido Liberal, pelo qual concorrerá à reeleição, contrataria uma empresa para realizar a auditoria das urnas, e a esta seriam apresentados os documentos preparados pelas Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/05/22; Correio Braziliense - Política - 06/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 06/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/05/22)

8- Participação das Forças Armadas no processo eleitoral repercutiu negativamente

Conforme coluna no periódico *Folha de S. Paulo*, o convite do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência para o pleito de 2022 gerou críticas entre membros dos poderes Legislativo e Judiciário. Na visão do senador Renan Calheiros (MDB-AL), a decisão foi um equívoco e uma ingenuidade: “o presidente Jair Bolsonaro e setores militares do Ministério da Defesa acabaram assaltando e aparelhando a sua participação nessa comissão”, e acrescentou: “Se aproveitaram da boa vontade do ministro Barroso”. Entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o TSE, também houve quem avaliasse que o convite aos militares foi um erro, e que “a atuação dos militares no colegiado tem sido no sentido de fortalecer a retórica de Bolsonaro de questionar a segurança do pleito”. Em conversas reservadas, magistrados avaliaram que o convite acabou se tornando um “verdadeiro tiro no pé”. A opinião contrária ao convite se estendeu também sobre as próprias Forças Armadas: na visão de integrantes do Exército, a participação acaba sendo um constrangimento por inevitavelmente politizar a instituição, explicou o periódico. Em coluna opinativa, o professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), Oscar Vilhena Vieira, ressaltou que “[o convite] não transferiu e nem poderia ter transferido competência exclusiva do Poder Judiciário às Forças Armadas, à OAB ou ao Tribunal de Contas da União, presentes na Comissão. Propor o contrário sinaliza intenção de sabotar o processo eleitoral e usurpar competência do Poder Judiciário”. Na visão de Eliene Cantanhêde, jornalista e colunista, a participação dos militares permitiu que Bolsonaro estivesse “dentro do TSE”, destacando que o presidente foi bem-sucedido em unir as Forças Armadas e o “centrão” na sua “sanha contra as eleições”. (*Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 06/05/22*; *Folha de S. Paulo - Política - 06/05/22*; *O Estado de S. Paulo - Política - 06/05/22*)

9- Diretor de Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos teria discutido eleições brasileiras com generais

Segundo publicação dos periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, William Burns, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, veio ao Brasil em julho de 2021 e se encontrou com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, e com o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem. Na visita, Burns reforçou que “as eleições não são um tópico com o qual deveriam brincar e que Bolsonaro deveria cessar as críticas ao sistema brasileiro”. A publicação do *Correio* retomou uma reportagem feita pela agência de notícias Reuters, que destacou não ser comum a CIA dar “recados políticos”. Segundo o *Correio*, Heleno afirmou que a conversa com Burns “jamais ocorreu” e que a notícia da Reuters não era verdadeira. (*Correio Braziliense - Política - 06/05/22*; *O Estado de S. Paulo - Política - 06/05/22*)

10- Novo livro explora participação das Forças Armadas brasileiras na Guerra das Malvinas

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* comentou a publicação do livro “Brasil e a Guerra das Malvinas: Entre Dois Fogos”, do professor da Universidade

Federal de São Carlos (UFSCar) João Roberto Martins Filho, que trata da participação do Brasil na Guerra das Malvinas, que completa 40 anos em 2022. De acordo com o periódico, que teve acesso ao livro que será publicado somente em julho, o esquema montado pelas Forças Armadas brasileiras na Argentina funcionava como uma rede de espionagem para burlar a censura ditatorial da época que, ironicamente, era criticada pelos militares brasileiros. O regime militar brasileiro ajudou com armas e inteligência os argentinos, ao mesmo tempo em que tentaram manter uma boa relação com o Reino Unido. Segundo a reportagem, Martins Filho afirma na obra que o Brasil obteve informações da Argentina, decifrando o código das comunicações criptografadas da chancelaria do país. Em meio à Guerra Fria e à má interpretação da posição que seria tomada pelos Estados Unidos na guerra, uma das principais preocupações da Junta Militar Brasileira era obter informações sobre a ajuda da União Soviética, de Cuba e da Líbia à Argentina. Por fim, o Brasil ainda teria desmontado e examinado um míssil inglês, aproveitando uma oportunidade única da guerra: um AGM-45 Shrike, de fabricação americana, que estava em um bombardeiro Vulcan que pousou no Rio de Janeiro por não conseguir se restabelecer em voo. O avião voltou das Malvinas, onde disparou dois mísseis que bombardearam o aeroporto de Port Stanley, capital da ilha, e se dirigia à base de Ascensão. De acordo com a obra, antes de devolver aos ingleses o Brasil teria aberto e examinado o equipamento. (O Estado de S. Paulo - Política - 01/05/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima